Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.

CNPJ: 00.910.456/0001-99

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Em nome de FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 71.661.599/0001-52
Data: 14/04/2022 08:07:06 -03:00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	57.721	13.799
Contas a receber	4	35.523	34.145
Ativo financeiro	5	69.096	62.898
Estoques		936	974
Impostos a recuperar		922	2.683
Outros créditos		534	329
Total do ativo circulante		**164.732**	**114.828**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo restrito lp	3	5.131	-
Ativo financeiro lp	5	181.738	199.071
Ativo de contrato af	5	13.084	10.570
Depósitos judiciais		1.451	1.785
		201.404	211.426
Imobilizado	6	4.586	4.202
Intangível		763	861
		5.349	5.063
Total do ativo não circulante		**206.753**	**216.489**
Total do ativo		**371.485**	**331.317**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	19.442	19.925
Fornecedores		2.282	3.174
Obrigações sociais		2.265	2.182
Obrigações fiscais		4.871	1.389
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7	38.937	27.846
Partes relacionadas	7	96	1.523
Outras obrigações		11	11
Total do passivo circulante		**67.904**	**56.050**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	8	109.300	117.420
Fornecedores LP		182	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos P	14	22.129	20.130
Provisão para contingências	9	200	590
Total do passivo não circulante		131.811	138.140
Total do passivo		**199.715**	**194.190**
Patrimônio líquido	10		
Capital social		48.491	48.491
Reserva de lucros retidos		123.279	88.636
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		171.770	137.127
Total do patrimônio líquido		**171.770**	**137.127**
Total do passivo e patrimônio líquido		**371.485**	**331.317**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita líquida	11	**117.232**	**104.449**
Custo dos serviços prestados	12	**(31.245)**	**(29.096)**
Lucro bruto		**85.987**	**75.353**
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	12	(8.744)	(6.261)
Outras despesas operacionais, líquidas	12	5	38
		(8.739)	**(6.223)**
Lucro operacional antes do Resultado financeiro		**77.248**	**69.130**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	1.815	224
Despesas financeiras	13	(11.489)	(11.886)
		(9.674)	(11.662)
Lucro operacional antes dos impostos		**67.574**	**57.468**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(18.875)	(11.612)
Diferidos	14	(1.999)	(6.065)
		(20.874)	(17.677)
Resultado líquido do exercício		**46.700**	**39.791**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	15	**46,42**	**39,54**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**46.700**	**39.791**
Total do resultado abrangente do exercício	**46.700**	**39.791**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de contingências	Lucros Retidos	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	**48.491**	**9.698**	**14.443**	**59.753**	**–**	**–**	**132.385**
Dividendos complementares - exercícios anteriores	–	–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	39.791	39.791
Complemento de reserva para contingências	–	–	1.990	–	–	(1.990)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	–	–	–	(5.599)	–	–	(5.599)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2019	–	–	–	–	–	(9.450)	(9.450)
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	–	28.351	–	(28.351)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**48.491**	**9.698**	**16.433**	**62.505**	**–**	**137.127**	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	46.700	46.700
Complemento de reserva para contingências	–	–	2.335	–	–	(2.335)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	–	–	–	(6.441)	–	–	(6.441)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2020	–	–	–	–	–	(5.616)	(5.616)
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	–	(56.064)	94.813	(38.749)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**48.491**	**9.698**	**18.768**	**–**	**94.813**	**–**	**171.770**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		46.700	39.791
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		1.999	6.065
Depreciação e amortização	6	894	749
Juros sobre empréstimos	8	11.363	11.811
Arrendamento Mercantil		–	(3)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro		(2.136)	(2.780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(97)	86
Provisão para contingências		365	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.281)	(11.751)
Estoques		38	107
Ativo de contrato e financeiro LP		10.758	(6.448)
Impostos a recuperar		1.761	(672)
Outros créditos		126	(421)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(710)	1.622
Partes relacionadas		(1.427)	690
Obrigações sociais		84	236
Obrigações fiscais		2.516	(451)
Outras obrigações		–	(2.395)
Pagamento de causas cíveis e trabalhistas		(755)	-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		**70.198**	**36.236**
Juros pagos sobre empréstimos	8	(11.324)	(6.415)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		**58.874**	**29.821**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fundo Restrito		(5.131)	-
Aquisição de ativo imobilizado	6	(999)	(839)
Aquisição de ativo intangível		(181)	(101)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		**(6.311)**	**(940)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos:			
Captações	8	–	4.442
Pagamentos de principal	8	(8.641)	(7.544)
Pagamento de dividendos		–	(12.514)
Pagamento Juros sobre Capital Próprio		–	(8.491)
Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		**(8.641)**	**(24.107)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de CAIXA		43.922	4.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.799	9.025
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		57.721	13.799
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**43.922**	**4.774**

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95, da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto–DAERP. O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Companhia finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003. Em 26 de novembro de 2015, a Companhia firmou um aditivo a esse contrato de concessão que prorrogou a vigência até 28 de setembro de 2033. Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Companhia são remunerados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ("Poder Concedente"), por intermédio do DAERP, por meio de uma equação com base nos preços oferecidos pela Concessionária na concorrência e considerando os volumes de esgoto efetivamente tratados. A remuneração mensal é composta por custos fixos relacionados à remuneração do investimento e por custos variáveis relacionados à operação e à manutenção aplicada ao volume de esgoto tratado. Os serviços especiais de tratamento de esgoto com características diferentes das especificadas no Projeto Básico podem ser contratados diretamente pela Concessionária, com tarifas e preços a serem definidos de comum acordo com o DAERP. O contrato contempla correção pelo Índice Geral de Preços de Mercado–IGP- M e pelo Índice Geral de Preços–Disponibilidade Interna–IGP-DI, e o ajuste ocorre anualmente. O referido contrato de concessão não contempla valor estimado de investimentos, o qual depende da evolução da demanda de volume de esgoto tratado. Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa, a Companhia não tem custos com o Poder Concedente pela exploração dos serviços mencionados, seja na forma de ônus fixo ou variável pelo direito de concessão. **1.1. Impactos do COVID-19:** A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra o Covid-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.491/09. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores e acionistas da Empresa em 30 de março de 2022. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa n° 04–reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; • Nota Explicativa nº 11–reconhecimento de receita; e • Nota Explicativa n° 14–reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica n° 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis–Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47–Receita de Contrato com Cliente. Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Receita de serviços: A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do volume tratado. **2.2. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação. As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados. (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Empresa avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. (b) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. (c) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. (d) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis incluídos no ativo financeiro atual. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e ativos financeiros obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Companhia pode ser obrigada a pagar. *Impairment de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 8. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.3. Contabilização de contratos de concessão:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01–Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro, sendo a companhia enquadrada como financeiro. O ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, ativo financeiro passou a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão. A companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso e com a sua finalização é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que ele está hábito a iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.4. Impairment de ativo não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para ativos não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **2.5. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. 2.5.1. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. 2.5.2. Impostos diferidos: Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. *Provisões:* As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.6. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2021. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia , estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17–Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17–Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50–Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11–Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4–Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Caixa e equivalente de caixa e fundos restritos

	2021	2020
Caixa	6	5
Bancos	2.205	520
Aplicações financeiras	55.510	13.274
Fundos restritos (i)	5.131	-
Total	**62.852**	**13.799**
Ativo circulante	**57.721**	**13.799**
Ativo não circulante	**5.131**	**-**

(i) O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de cerca de 97,5% do CDI, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais dos empréstimos. O saldo de R$5.131, refere-se à projeção dos 3 próximos pagamentos (amortização e juros) do contrato de empréstimos para o cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD". Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investim

>>>Continuação...

capital social é R$ 48.491 e está representado por 1.006.325 ações nominativas, sendo 335.443 ordinárias e 670.882 preferenciais, sem valor nominal, assim distribuído:

	2021 e 2020	
	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
GS Inima Brasil Ltda	335.443	670.878
Outros	-	4
Total	**335.443**	**670.882**

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos idênticos aos pagos às ações ordinárias. A reserva legal, reserva para contingência e retenção de lucros: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de reserva legal corresponde a 20% do capital social (i). O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada ao valor do capital social. O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. No encerramento do exercício de 2021, a Administração da Companhia transferiu o saldo total da conta reservas de lucros retidos para a conta reserva de lucros a realizar. A reserva legal, reserva para contingência e reserva de lucros a realizar.: No encerramento do exercício de 2021, o total de reservas de lucros, excluindo a Reserva de contingências, atinge o montante de R$ 104.511, superando o capital social integralizado em R$ 56.020 A Administração da Companhia avaliará em 2022 a apuração da reserva de lucros a realizar, com o objetivo de demonstrar a apuração estabelecida pelo artigo 197 da Lei 6.404/76. Após esta apuração, havendo excesso de reservas de lucros, conforme estipulado pelo artigo 199 da Lei 6.404/76, a Administração avaliará as alternativas de capitalização ou de distribuição de dividendos, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas. Dividendos e juros sobre o capital próprio: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 5.616, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. No exercício de 31 de dezembro 2021 não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro 2020 houve os pagamentos de R$ 21.005. A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R$ 6.441 e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11. Receita líquida	**2021**	**2020**
Receita líquida	117.232	104.449
	117.232	**104.449**

	2021	**2020**
Serviços de construção (i)	3.908	5.713
Tratamento de esgoto	69.679	60.404
Ativo financeiro (R)	48.863	42.331
PIS	(929)	(712)
COFINS	(4.289)	(3.287)
Receita líquida	**117.232**	**104.449**

(i) Refere- se receita de construção com obras na cidade de Ribeirão Preto necessárias a prestação de serviço e melhorias nas estações de tratamento de esgoto.

12. Custos e despesas por natureza		
Custos dos serviços prestados representados por:	**2021**	**2020**
Custos de pessoal	5.122	4.521
Materiais	3.060	2.886
Serviços	8.352	8.689
Energia elétrica	8.573	5.541
Depreciação/amortização	42	55
Obras civis (i)	3.908	5.714
Outros custos com operação e (recuperação)	2.188	1.690
Total	**31.245**	**29.096**

(ii) Refere-se aos custos com obras na cidade de Ribeirão Preto necessárias a prestação de serviço e melhorias nas estações de tratamento de esgoto, com gastos de mão de obra, equipamentos, materiais, serviços etc.

Despesas operacionais representados por:	**2021**	**2020**
Com pessoal Adm	5.248	4.455
Materiais Adm	215	213
Serviços de terceiros Adm	2.638	2.317
Depreciação/amortização Adm	852	749
Publicidade e propaganda Adm	269	285
Perdas estimadas em crédito de liquidação Duvidosa Adm	(97)	86
Impairment - Ativo Financeiro	(2.136)	(2.780)
Outras Despesas Adm	1.750	898
Total	**8.739**	**6.223**

13. Resultado financeiro	**2021**	**2020**
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.750	151
Variação monetária e cambial ativa	65	72
Outros	–	1
Total	**1.815**	**224**
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos	(11.363)	(11.811)
Juros sobre títulos pagos	(5)	(21)
Variação monetária e cambial passiva	(27)	-
Outras	(94)	(54)
Total	**(11.489)**	**(11.886)**
Resultado financeiro líquido	**(9.674)**	**(11.662)**

14. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	**2021**	**2020**
Passivo diferido	22.129	20.130
	22.129	**20.130**

Ativo de imposto diferido	**2021**	**2020**
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	598	728
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	3.112	3.838
	3.710	**4.566**
Expectativa de realização do diferido é como segue:		
2022	598	728
2023	75	71
2024	284	100
2025	146	134
A partir de 2026	2.607	3.533
	3.710	**4.566**

Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	25.840	24.696
	25.840	**24.696**
Expectativa de realização do diferido é como segue:		
A partir de 2026	25.840	24.696
	25.840	**24.696**

Movimentação	**2021**		**2020**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Saldo em 1º de Janeiro	4.566	(24.696)	5.582	(19.647)
Reconhecido na demonstração de resultado	(856)	(1.144)	(1.016)	(5.049)
Total	**3.710**	**(25.840)**	**4.566**	**(24.696)**

Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.574	57.468
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	**(22.975)**	**(19.539)**
Ajustes para a alíquota efetiva:		
JCP	2.190	1.904
Diferenças Permanentes	(89)	(42)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	**(20.874)**	**(17.677)**
Correntes	(18.875)	(11.612)
Diferido	(1.999)	(6.065)
Total	**(20.874)**	**(17.677)**

15. Lucro por ação: As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação.

	2021	**2020**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	46.700	39.791
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	1.006	1.006
Lucro (prejuízo) básico por ação	**46,42**	**39,54**

16. Demonstrações dos fluxos de caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 3.

b) Informações suplementares	**2021**	**2020**
Transações que não afetam o caixa		
Dividendos propostos e não pagos	34.179	23.088
Juros sobre capital próprio não pago	4.758	4.758
Total	**38.937**	**27.846**

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas, conforme a seguir:

Tipo de cobertura	**Consolidado Importâncias seguradas**
Garantia de contrato	13.774
Responsabilidade civil	8.000
Riscos de engenharia - obras	50.000
Riscos operacionais	25.000
Veículos	1.500
Garantia de financiamento	18.571

18. Instrumentos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Companhia avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por:

Ativos pelo custo amortizado	**2021**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	57.721	13.799
Fundos restritos	5.131	-
Contas a receber	35.523	34.145
Ativo financeiro	263.918	272.539
	362.293	**320.483**
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(2.282)	(3.174)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(128.742)	(137.345)
Partes Relacionadas	(96)	(1.523)
	(131.120)	**(142.042)**
Ativos e passivos financeiros, líquidos	**231.173**	**178.441**

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares. A Companhia não efetuou transações relacionadas a instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020. Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. Análise de sensibilidade: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA, CDI e da TLP, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira – Diretor Presidente – **Carlos Roberto Ferreira** – Diretor Técnico

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Ambient–Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.** Ribeirão Preto–SP–**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ambient–Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC-1SP175536/O-5

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 28RE3-9QJ3A-3G336-QWJTS

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✔ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 14/04/2022 08:07

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/28RE3-9QJ3A-3G336-QWJTS

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate